

NARRATIVAS EM MOVIMENTO: disputas pela memória e história do movimento estudantil brasileiro

João Batista Vale Júnior¹

RESUMO

O texto aborda as disputas ideológicas e identidades afetivas celebrativas e/ou ressentidas, na literatura jornalística e historiográfica sobre o Movimento Estudantil brasileiro. Escolheu-se, para análise, três obras literárias, e um documentário em vídeo canônicos por contribuírem para cristalizar posições e falas estratégicas em torno de uma representação hegemônica das entidades e manifestações estudantis de maior expressão nacional: “UNE: instrumento de subversão”, Sônia Seganfredo (1963); “O Poder Jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros”, Artur Poerner (1968); “Memorex: elementos para uma história da UNE”, DCE-Livre Alexandre Vanuchi Leme/USP (1978); “Memórias Estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias, Maria Paula Araújo (2007). Além das obras citadas, os filmes-documentários “Ou ficar a pátria livre ou morrer pelo Brasil” e “O afeto que se encerra em nosso peito juvenil”, do cineasta Silvio Tendler (2007) também foram tomados como objetos de análise.

Palavras-chave: movimento estudantil; memória; história

ABSTRACT

This text approach the idealistic arguments and emotional celebrate identities and/or suffered, in the newspaper literature and history about the Brazilian Student activity. It was chosen, for analysis, three literature pieces, and a canonic video presentation for having contributed to crystallize strategic positions and talks around a hegemonic performance of the entities and students manifestations of mayor national expression: “UNE: instrumento de subversão”, Sônia Seganfredo (1963); “O Poder Jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros”, Artur Poerner (1968); “Memorex: elementos para uma história da UNE”, DCE-Livre Alexandre Vanuchi Leme/USP (1979); “Memórias Estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias, Maria Paula Araújo (2007). Besides the literature above, the documentary films “Ou ficar a pátria livre ou morrer pelo Brasil” e “O afeto que se encerra em nosso peito juvenil” of the moviemaker Silvio Tendler (2007) have also been used as analytical objects

Key words: student movement, memory, history

Introdução

O presente texto funda-se em um pressuposto do autor, cujas referências teóricas em torno do debate acerca do estatuto da memória na produção das representações e narrativas sobre as experiências coletivas historicamente situadas refletem relações entre temporalidades distintas, nas quais o presente apropria-se do passado, em um processo de reelaboração

¹ Doutorando em História Social-UFF; Mestre em Educação –UFPI ; Especialista em Teoria e Metodologia da História -UESPI ; Professor de História do Instituto Dom Barreto; Professor Assistente da Universidade Estadual do Piauí (UESPI); Professor Assistente da Faculdade das Atividades Empresariais de Teresina (FAETE)

constante. Adotamos desde uma noção que considera a memória como produto de diferentes pontos de referência instituídos em uma experiência comum, sob a forma de “quadros sociais” com forte poder de produzir a coesão social (HALBWACHS, 1990), até a compreensão da mesma como alvo de disputas, em um jogo no qual se defrontam forças sociais cujo principal espólio a ser conquistado consiste na oportunidade de apropriação e manuseio dos mecanismos de simbolização de eventos, imagens e lugares, sedimentadores de uma certa identidade comum, coletiva, entre sujeitos partícipes de uma mesma experiência histórica (POLACK, 1989).

Nos dois casos, portanto, o que se define como memória opera como uma tábula rasa, na medida em que seu sentido e função têm como alicerce o tempo presente, no qual sedimentam-se os registros conforme as incidências das expectativas, interesses e conflitos que integram o quadro político e ideológico conjuntural do momento de sua produção. Nestes termos o realizador do registro, sendo ou não historiador de ofício, atua como um agente solapador da memória alheia (solapar= aluir, abalar) na medida em que ao debruçar-se sobre a mesma, em um exercício praxiológico próximo ao que Chartier (1990) define como “apropriação”, ou forma específica de percepção e apreciação da realidade, atribuindo-lhe sentidos em associação com determinada(s) visão(ões) de mundo: a “representação” (Chartier, idem). A autoria do texto, nesse caso, situa-se para além do sujeito nominalmente definido e dilui-se no seu quadro de referências sociais, coletivamente elaborado e compartilhado por uma determinada cultura política.

A produção da memória dos movimentos sociais: entre a pretensão à objetividade e a sedução do sofisma

Quando se trata da memória de movimentos sociais, além da preservação acrescenta-se a atribuição de uma função pedagógica, mobilizadora ou desmobilizadora dos sujeitos participantes do movimento, através do culto a uma imagem apresentada como “ideal” pois supostamente respaldada em um legado histórico. O produtor do registro opera, nessas condições, sob o peso de uma responsabilidade social previamente assumida, a qual consiste na produção de uma memória cientificamente legitimada, mas simultaneamente funcional à preservação do que se acredita ser os indícios da vitalidade política do movimento, respaldada numa tradição histórica de lutas.

Nesse caso, a inevitável seleção responsável pela produção de silêncios e esquecimentos forçados e espontâneos (POLACK: 1989), ocorre segundo um balizamento definido tanto pelas opções ideológicas como pelos aportes epistemológicos escolhidos pelo

autor. Acrescenta-se, assim, ao esforço de ordenar e enriquecer as representações já circulantes no universo da memória coletiva espontaneamente construída, o peso disciplinar de um processo investigativo e de elaboração narrativa patrocinados pela urgência de se moldar uma arma de luta para o embate em uma guerrilha ideológica. Distorções e exageros tendem, nesse quadro, a acrescentar-se aos silêncios e esquecimentos, produzindo-se um efeito associativo entre “memória legítima” e “verdade”, ou entre memória e saber.

O manuseio de documentos, lembranças, imagens, bem como de lembranças de atores que exerceram papel de destaque em momentos decisivos da história do movimento resulta na construção de uma trama algo aleatória mas estável. O sentido de “aleatório” aqui empregado difere de “acidental”, pois refere-se na verdade a um tipo de intencionalidade não atribuída ao autor do registro, individualmente concebido, mas inscrita na configuração histórica em que se dá a circulação do texto.

Uma estrutura narrativa cristaliza-se evocando interpretações instituidoras de referências canônicas as quais tendem a repetir-se, em todas as retomadas, sob um conteúdo e forma próximas de um gênero épico. Produz-se com isso, em relação às “letras” do movimento, uma espécie de “relicário sagrado” o qual compõe uma “mitologia política” consagradora dos feitos atribuídos ao sujeito coletivo. Instituições, personagens, eventos e palavras de ordem integrarão um conjunto que, por sua sacralidade, obstará ou desqualificará qualquer aventura no sentido de se produzir interpretações alternativas.

Nessa tradição que se funda com vistas à auto-certificação histórica dos sujeitos integrados ao movimento, as escolhas e rigores no tratamento epistemológico de sua memória e história perdem terreno para os reducionismos ideológicos e urgências programáticas. Ao invés de uma abordagem histórico-crítica, de maneira a tornar mais ricas as representações e suportes da memória espontânea, o que se vê em geral é a produção de uma mística reificadora do mesmo, uma “história reificada” (BOURDIEU:2005) já que entendida como espólio a ser apropriado, sob a forma de capital simbólico a ser herdado, preservado e mobilizado pelos “herdeiros” de uma tradição distintiva: a tradição do “movimento” e da “luta”.

O que se fabrica com o registro, portanto, são categorias de percepção ou o capital simbólico o qual transfiguram em capital social os elementos da narrativa. Tais símbolos uma vez apropriadas pelos sujeitos, permite aos mesmos a inclusão nas estruturas de distribuição do capital social, de forma a que lhes seja permitido assumir posições específicas no campo das relações objetivas, de acordo com o volume de capital apropriado por cada indivíduo ou instituição (BOURDIEU: 2004).

É o registro da narrativa em si, alvo de apropriação coletiva, uma estrutura estável de composição que pode ser entendida como capital simbólico subjetivo objetivado. O mesmo torna-se objeto de apropriação coletiva, solapador da memória, e potencializador das condições para a constituição de um “campo” de relações objetivas as quais, devido à capacidade de refração, filtram e ressignificam as demandas externas, adequando-as à cultura política do campo.

Existe, assim, uma pressão constante da estrutura do espaço social de relações e representações sobre os sujeitos, a qual tende a governar o comportamento dos mesmos e definir suas possibilidades de reiterar ou romper com o conjunto das representações construídas em torno das práticas assumidas pelo movimento social. Mesmo os registros que propõem romper com a estrutura narrativa dominante, apontando outras perspectivas de apropriação da memória do movimento tendem a deixar-se envolver pela condição de devedoras do capital simbólico que fundamenta o capital social e as relações objetivas dos agentes. Em termos mais claros, há duas posturas possíveis ao alcance dos responsáveis pelo registro da memória do movimento, sendo que em nenhuma observa-se rompimento com a lógica estruturante da narrativa.

Uma primeira postura consiste no que Bourdieu (2004) define como *insulto*, o qual consiste na assimilação de um risco particular resultante da intenção de impor um ponto de vista, uma distorção na harmonia que normaliza a sincronia do movimento. Já a segunda postura, denominada *nomeação oficial*, realiza-se como ato de imposição simbólica, encontrando força nas relações objetivas do campo explicitamente assimiladas pelas representações elaboradas e traduzidas em consenso institucionalizado.

Oscilando entre o insulto ou a nomeação oficial, as narrativas certificadoras apresentam-se como cânones cristalizadores de uma certa estabilidade cotidiana do movimento, por sedimentarem – por identidade ou oposição – uma auto-imagem narcísica de si mesmos aos filiados e simpatizantes.

Narrativas refratárias: solapamento da memória e constituição do capital simbólico *habitus* político do movimento estudantil brasileiro

São pelo menos cinco as obras que definiremos como canônicas no processo de fundação de uma tradição de registro da memória do movimento estudantil. Em todas elas, verificamos a persistência de uma estrutura narrativa cujos elementos estruturantes, independente da perspectiva política adotada pelos autores, assemelham-se bastante.

A primeira obra, intitulada **UNE – instrumento de subversão**, de autoria de Sonia Maria Saraiva Segnanfredo, teve sua primeira edição publicada em 1963, no contexto em que se avolumavam as tensões políticas em torno das “reformas de base”. Assimiladas pelo governo João Goulart a partir de sua aproximação com setores da esquerda nacional, o projeto reformista tinha a diretoria da União Nacional dos Estudantes (UNE), na época sob hegemonia de facções filiadas à Juventude Universitária Católica e ao PCB, ambas defensoras de reformas reestruturantes para o Brasil, as quais estivessem para além das questões estritamente relacionadas à universidade e assumissem uma conotação explicitamente política.

O texto de Segnanfredo absorve as tensões da época de sua produção. Publicado inicialmente sob a forma de quatorze reportagens, genericamente intituladas **UNE- menina dos olhos do PC**, no periódico udenista *O Jornal*, do Rio de Janeiro, em setembro de 1962 e divulgadas em todo o Brasil pelos órgãos de imprensa dos Diários Associados. A produção pode ser apresentada como o primeiro esforço de registro e construção de uma representação do movimento estudantil, amparada na busca de legitimidade histórica e ideologicamente voltada para a luta simbólica em torno da produção de um senso comum e de “nomeação legítima” (BOURDIEU, 2004) do mesmo.

A legitimidade histórica ficaria por conta do respaldo em pesquisa realizada, como menciona Segnanfredo, nos *próprios relatórios da UNE e de suas demais publicações que podem ser obtidas na sede da entidade* (p.89), bem como a recorrência *aos noticiários, os mais antagônicos politicamente*(idem). Observamos, com isso, a adoção de precauções com vistas a assegurar a credibilidade do texto, conferindo-lhe o necessário capital científico legitimador dos juízos proferidos, ao longo da obra, a respeito do tema abordado.

Dividido em onze capítulos, mais uma introdução e uma conclusão, o ponto inicial da narrativa centra-se na criação da Casa do Estudante do Brasil (CEB), em 1929, apresentando tal fato como o ponto histórico de partida para a fundação da UNE. A consolidação institucional da entidade ocorreria em 1940, com a ruptura das ligações com a CEB. Para a autora, porém, o momento relevante para o encaminhamento de seus argumentos deu-se a partir de 1944, em decorrência das primeiras dissensões internas na entidade:

*Mas, de fato, a primeira luta ideológica estudantil, embora não apresentasse as características de quase guerra (...) aconteceu em 1944, no VIII Congresso Nacional dos Estudantes, onde **comunistas e democratas** (grifo nosso) disputaram as eleições cabendo a vitória a estes.* (SEGANFREDDO, 1963: 23)

A partir de então a narrativa passa a ser dominada por um conjunto estruturante, delineador de uma lógica maniqueísta e abertamente militante em favor de uma causa, como a

própria autora deixa claro na introdução do trabalho, ao afirmar, em primeira pessoa que *as atividades da UNE me preocupam devido à minha formação democrática autêntica* (SEGANFREDDO, 1963: 4). A principal entidade de representação da juventude estudantil, reconhecida como tal pela própria autora, passa então a ser retratada como palco de lutas entre forças representativas dos vícios e das virtudes políticas, respectivamente comunistas e democratas, posicionando-se a autora de forma contrária ao que considerava ser um movimento de *catequese estudantil* promovida por *elementos comunistas infiltrados*.

O segundo texto canônico sobre o movimento estudantil, intitulado **O Poder Jovem – história da participação política dos estudantes brasileiros**, teve sua primeira edição publicada em agosto de 1968. Arthur José Poerner, o autor, era na época jornalista do *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, e diretor do *Folha da Semana*. O primeiro periódico diário tornara-se, já a partir de 1964, uma das principais trincheiras da resistência jornalística contra o regime militar e o segundo constituía-se num instrumento legal de divulgação das idéias do Partido Comunista Brasileiro (PCB) (Poerner, in: SOUZA e CHAVES, 1999: 42).

O campo de atuação profissional de Poerner, claramente revestido de um *telos* político-militante, nos oferece um quadro do clima ideológico inspirador de sua obra. Some-se a isso o contexto histórico de produção e publicação da mesma, o emblemático ano de 1968 e todo o impacto das mobilizações juvenis ocorrido ao longo do mesmo, e compreenderemos o teor de manifesto político, também respaldado por esforço de pesquisa histórica, contido no mesmo.

O texto da introdução já estabelece, de imediato, a cadência política da narrativa. O autor constrói o que representa, para si mesmo, a imagem do estudante ideal cuja prática seguiria orientada pelo compromisso de transformação política da sociedade. Denuncia, ao mesmo tempo, o que considera ser as estruturas arcaicas preservadas na cultura institucional das universidades brasileiras, vinculando-as a uma função de preservação de uma certa *herança colonial*. Ao modelo tradicional de universidade, contrapõe o da *universidade no asfalto, escola de líderes no Brasil* (p.25), numa explícita celebração dos movimentos de rebelião estudantil verificados no Brasil no primeiro semestre de 1968.

Quanto à concepção e à crítica dirigida à universidade, percebe-se uma influência do pensamento de Álvaro Vieira Pinto, intelectual isebiano e ex-assessor de assuntos de abastecimento e educação do governo João Goulart, autor do texto **A questão da Universidade**, publicado em 1962. No referido texto, Vieira Pinto busca compreender as especificidades do processo de formação da universidade brasileira à luz de um raciocínio carregado pela lógica maniqueísta, que explica o subdesenvolvimento econômico e a essência

conservadora da universidade como produtos inevitável da filiação e dependência brasileira em relação aos modelos e interesses internacionais. Nesses termos, a solução passa por algo mais além da satisfação das demandas específicas dos estudantes universitários:

*A universidade é uma peça do dispositivo geral de domínio pelo qual a classe dominante exerce o controle social, particularmente ideológico. Sobre a totalidade do país. Se tal é a essência da Universidade, desde logo se vê que o problema de sua reforma é político e não pedagógico. Este último aspecto existe, é claro, **mas se mostra secundário**(grifo nosso). (PINTO, 1962: 2)*

É nessa perspectiva que Poerner acentua o papel do movimento estudantil (ME) no Brasil: o de condução da luta pela transformação das estruturas vigentes no país, como condição para a satisfação de suas necessidades enquanto categoria social. Define inclusive o lugar do ME, particularmente após a fundação da UNE, no campo das mobilizações especificamente juvenis e da luta de classes

O movimento estudantil brasileiro é a forma mais adiantada e organizada que a rebelião da juventude assume no Brasil. Tal como o entendemos hoje, esse movimento existe somente a partir da criação da União Nacional dos Estudantes, em 1937, quando alcança aquilo que o movimento operário brasileiro só obteve- e mesmo assim de forma muito precária- durante um curto período do Governo João Goulart, com o CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), a centralização. (POERNER, 1968: 43)

Mais amadurecido que o movimento operário em termos de unidade e organização e por isso, apesar de não representar uma classe social, apto a construir condições objetivas para adquirir o caráter “de emancipação nacional” (POERNER, 1968: 43). O **Poder Jovem**, portanto, enquanto obra de registro da memória e construção da história do ME, mantém com a obra de Segnanfredo uma identidade, apesar da disparidade ideológica e política: ambas mobilizam, cada uma a seu modo, o espírito cruzadístico em torno da causa da “salvação nacional”. No caso da obra de Poerner, especificamente, acrescentou-se a celebração da rebelião juvenil e o ressentimento contra “a “paz dos voluntários” e agentes da CIA” (p.39), como substitutivos ao medo da “ameaça comunista”, presente na primeira obra.

A fundação da UNE representaria o marco potencializador de uma cultura política estudantil historicamente combativa, desde períodos remotos da história do Brasil. Buscando confirmar tal argumento, o autor recua até os períodos colonial e monárquico, a cata de eventos de participação política estudantil em momentos decisivos da formação do Estado e da Nação brasileira.

A obra seguinte foi publicada no contexto de mobilizações políticas em defesa da Anistia e do esforço de reconstrução da UNE, o que ocorreria em 29 de maio de 1979, após 15 anos de ilegalidade. **Apesar de Tudo- UNE Revista- MEMOREX: elementos para uma história da UNE**, publicado em 1978 pelo DCE – Livre Alexandre Vanuchi Leme, da Universidade de São Paulo. O texto, em seu formato e na linha narrativa adotada, buscou sintetizar os esforços de uma geração de estudantes universitários cuja experiência histórica se dava no contexto pós-rebeliões de 1968 e pós-luta armada, bem como de distensão política e conseqüente abertura do regime civil-militar instaurado no país em 1964.

Os esforços mencionados seriam o de reapropriação do legado de um “passado heróico” ou “era dourada”, o qual deveria funcionar como uma espécie de fator de reativação das mobilizações políticas da juventude estudantil e principalmente de certificação, nas consciências estudantis, da importância histórica da UNE. Não possui, porém, ao contrário da obra de Artur Poerner, intenção de buscar legitimidade para as lutas estudantis em um passado histórico remoto. A obra, dessa maneira, vincula-se explicitamente a um fazer militante ideologicamente comprometido segundo nos informa dois dos responsáveis por sua edição:

A contribuição que buscávamos dar era: 1) revelar a institucionalidade da UNE que o regime militar destruiu e isto significava apontar para a existência de um legado documental da entidade; 2) destacar a significativa contribuição cultural que emergiu no interior da entidade ao longo de sua história; 3) mostrar a UNE como ambiente de reflexão dos problemas nacionais; 4) mostrar a entidade como geradora de mobilizações em defesa de projetos de interesse nacional; 5) mostrar a entidade como propulsora de renovações estéticas. (PINTO e MONTEIRO, 2007: 9)

A UNE, dada a urgência política do processo de sua reconstrução, representa assim o alfa e o ômega da narrativa de MEMOREX. O documento, fosse por cautela em função dos riscos de retaliação oficial fosse por uma tática conscientemente ou inconscientemente adotada, não apresenta uma autoria explícita a não ser o próprio DCE-USP e uma certa EDIÇÕES GUARANÁ. Ao que nos parece a omissão de uma autoria nominal, mesmo da equipe responsável pela elaboração do documento, revela uma preocupação em projetar também, de forma hipertrofiada, a própria UNE como sujeito ressurgido das cinzas e já ativo no cenário de reorganização do ME.

Reforça tal impressão a forma de composição do texto, constituída de uma compilação de fragmentos de outros textos, discursos oficiais, entrevistas e, principalmente, documentos da própria entidade organizados segundo uma cronologia que se estende do momento de fundação da UNE às jornadas estudantis de 1968. Como em um jogo semiótico no qual se buscava criar a impressão de que “a UNE falava por si mesma” o registro de

MEMOREX apresenta-se, dentre todos os documentos aqui estudados, como o portador de conteúdo político mais pragmático.

Em 2007, já em um contexto de aproximação e harmonia da UNE com o Estado brasileiro o qual tem provocado questionamentos acerca da legitimidade da entidade para representar nacionalmente os estudantes brasileiros, é publicado a obra **Memórias Estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias**, de autoria de Maria Paula Araújo. A obra é parte de uma projeto maior, patrocinado pela Petrobrás em parceria com o Ministério da Cultura e a Fundação Roberto Marinho.

O projeto, denominado “Memória do Movimento Estudantil”, além da publicação do livro de Maria Paula, também incorporou a produção de dois documentários sobre o ME sob a direção de Silvio Tendler: “Ou ficar a pátria livre ou morrer pelo Brasil” e “O afeto que se encerra em nosso peito juvenil”. Ambos tratam, respectivamente, da atuação política e da produção cultural da UNE na história recente da república. A narrativa elaborada adota as mesmas referências factuais e cronológicas presentes nos demais registros aqui abordados os quais, à exceção de **O Poder Jovem** como vimos, têm o processo de fundação da UNE com seus antecedentes imediatos e desdobramentos, como ponto de partida.

A inovação presente no texto de Araújo, bem como nos filmes-documentários de Tendler, consiste na introdução de depoimentos de ex-lideranças da UNE. A seleção de depoentes parece não impor critérios de inclusão, incorporando sujeitos das mais diferentes tendências políticas e que atuaram em momentos os mais diversos da história da entidade. No texto de Araújo, a incorporação de documentação de época como fonte primária e o recurso a bibliografia de apoio buscam sustentar elaboração do registro que, do início ao fim e como o próprio complemento do título deixa transparecer, centra-se também na atuação da UNE. Na apresentação da obra uma sentença:

No Brasil, a importância do movimento estudantil acompanha a trajetória de sua entidade máxima, a UNE(...). Mesmo quando a entidade foi fechada pela ditadura militar, os estudantes saíam às ruas declarando que, enquanto estivessem lutando, a UNE estaria viva; porque a UNE era nada mais nada menos do que eles próprios atuando politicamente. Este era o sentido da palavra de ordem dos anos 1970 e 1980: “A UNE somos nós, nossa força e nossa voz.”. (ARAUJO, 2007: 18)

Memórias Estudantis pode ser considerado o único registro da memória do movimento estudantil, sob o formato de narrativa histórica, elaborado por uma historiadora de ofício e de reconhecimento nacional como especialista em sua linha de pesquisa: a história política do período do regime militar sob a perspectiva dos movimentos sociais. Devido às credenciais da autora, o tratamento dado às fontes busca promover um distanciamento

ideológico e a linguagem aplicada à obra objetiva adotar um tom sóbrio e analítico, capaz de assegurar-lhe capital científico e reconhecimento acadêmico. De fato, a grande inovação encontra-se no caráter metodológico e na expressividade assumida pela memória dos atores, principalmente através de suas falas incorporadas ao texto.

Apesar de todo o rigor metodológico, porém, o registro deixa-se contaminar por uma certa perspectiva militante e celebrativa, na qual se apresenta uma UNE sempre atuante em duas arenas de luta: pela manutenção de sua unidade e pela democratização do Estado e da sociedade brasileira. Abrandada pela autoridade e linguagem acadêmica da autora, a celebração da imagem heróica do movimento torna-se, porém, ainda mais eficiente e assimilável pelos leitores mais críticos, já que dotada de legitimidade científica. Na verdade, o registro escrito reproduz em estilo um pouco mais sóbrio a apresentação em estilo teatral e pirotécnico da história do ME feita por atores globais, nos filmes documentários de Silvio Tendler.

Parece-nos ser a motivação que tornou possível a realização do projeto de promoção do resgate da memória do movimento estudantil a responsável pelo comprometimento do produto final da pesquisa, a despeito da oficiosa competência de sua condutora. Tratava-se, sobretudo, da celebração de uma efeméride: os 70 anos de fundação da UNE !. O clima de encontro com o seu “passado heróico”, sob os auspícios de um governo que ajudou a construir e manter e de uma instituição privada de comunicação que já representou um dos seus principais alvos políticos estratégicos, não deixa espaço para questionamentos: vive-se, de fato, uma espécie de momento “mágico” de realização do “destino manifesto” dos estudantes brasileiros. Sobra inclusive espaço para a invocação de velhos fetiches e ressentimentos, como atesta o fragmento a seguir:

Uma das campanhas mais significativas que a UNE liderou, nos últimos anos, foi a campanha contra a Alca. A Alca (Área de Livre Comércio das Américas), foi proposta pelos Estados Unidos como um acordo comercial que integrasse todos os países da América (menos Cuba) num bloco comercial, coma derrubada gradual das barreiras comerciais e alfandegárias, para a circulação de todos os produtos entre os países membros (...). Em contraposição à Alca, defendem o projeto do Mercosul, acordo firmado entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, que ganhou recentemente a adesão da Venezuela e da Bolívia. Para a maior parte da esquerda o Mercosul, sim, significaria uma parceria entre partidos aliados e excluiria a hegemonia norte-americana (ARAUJO, 2007: 284-285)

Os fetiches presentes, e reiterados em cada um dos registros históricos aqui abordados, referem-se: ao lugar da política como fator de disputas para o ME; à missão da juventude estudantil como “vanguarda” ou “batedores” dos demais movimentos sociais, na promoção da revolução nacional; a visão mitológica da UNE como expressão legítima da

unidade do ME brasileiro, e sem a qual, organização e ação tornar-se-iam inviáveis; a capitulação ideológica diante da “mística” presente nas opções ideológicas da esquerda; a interpretação maniqueísta das relações entre a UNE e o Estado. Ao maniqueísmo das interpretações corresponde, também, a persistência de um certo ressentimento dirigido contra um alvo específico. No registro de Segnanfredo, contra a “ameaça comunista” e a “República Sindicalista de Jango”, e nos demais registros contra os “governos antinacionalistas e entreguistas” e contra o “imperialismo norte-americano”.

Conclusão: *hic Rhodes, hic salta*

A tradição narrativa sobre o movimento estudantil revela, assim, ser portadora de uma estrutura estruturante, ou seja, um conjunto de referências simbólicas persistentes. Tais referências, sob a forma de um capital simbólico consciente ou inconscientemente compartilhado, tem contribuído para o solapamento da memória dos sujeitos e constituição de relações objetivas de alianças e disputas dotadas do poder de manter, a despeito das tensões internas geradas no movimento, a estabilidade do campo e reprodução de um *habitus* definidor da cultura política estudantil. O raciocínio e a linguagem utilizada geralmente amparam-se em um exercício de tábula rasa, em que o passado tende a ser elaborado como representação vinculada às experiências do presente, com seus interesses e expectativas.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Maria Paula. *Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro, Relome-Dumará: Fundação Roberto Marinho, 2007.

CAVALCANTE JUNIOR, Idelmar Gomes. *Juventude em movimento: um estudo sobre a constituição do Movimento Estudantil como categoria histórica*. Teresina: Universidade Federal do Piauí (UFPI), 2007 (Dissertação de Mestrado).

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand/DIFEL, 1988.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

_____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: EUDSP, ; Porto Alegre: ZOUK, 2008.

BRESCIANI, Stela e NAXARA, Márcia (Orgs.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

DCE-LIVRE “ALEXANDRE VANUCHI LEME”. *Apesar de tudo – UNE Revista- MEMOREX: elementos para uma história da UNE*. São Paulo: Edições Guaraná, 1978.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das letras, 1997.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice: Ed. Revista dos Tribunais, 1990.

PINTO, Ary Costa e MONTEIRO, Marianna Francisca Martins. *Rememorex: uma rebeldia necessária*. Disponível em www.sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com.

POERNER, Artur José. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

POLACK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989.

SEGANFREDDO, Sonia. *UNE: instrumento de subversão*. Rio de Janeiro: Editora GRD, 1963.

SITES CONSULTADOS

www.sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com, acessado em 10/04/2009

FILMOGRAFIA

Ou ficar a pátria livre ou morrer pelo Brasil. Direção: Silvio Tendler, 2007

O afeto que se encerra em nosso peito juvenil. Direção: Silvio Tendler, 2007